

|| VIII Congresso Prolatino no Europarque reflecte sobre consequências de Bolonha na profissão

Mestrado obrigatório para ser Técnico Oficial de Contas

ISABEL CRISTINA COSTA
iccosta@mediainfin.pt

A CÂMARA dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), que até agora só aceitava técnicos com licenciatura, vai passar a exigir o mestrado na versão Bolonha (três mais dois anos ou quatro mais um). Domingues de Azevedo, presidente da CTOC, disse ainda no Europarque, em Santa Maria da Feira, por ocasião do VIII Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (pela primeira vez realizado fora do Brasil), que estas continuam a ser condições incontornáveis para se ser admitido na CTOC.

Por isso, vê a Declaração de Bolonha “não como uma ameaça, mas como um verdadeiro desafio, uma oportunidade”, continuou. No entanto, frisou que se está a andar de-

pressa de mais. “Tenho algum receio dos efeitos imediatos da sua aplicação, porque não se tem em conta a questão da comparação entre universidades”, concluiu. E disse mais: “Não faz sentido mudar as áreas de saber, têm é que ser feitos alguns reajustamentos, como, por exemplo, na fiscalidade.”

Mais crítico foi o professor catedrático do ISEG e TOC nº 94, João Duque, para quem não importa tanto a área da formação superior – que pode ser uma licenciatura ou um bacharelato, desde que tenha uma duração mínima de três anos –, mas os conhecimentos complementares, adquiridos “a posteriori”. Por isso, atirou: “Uma licenciatura não é um estigma, mesmo que

seja em Filosofia.”

Porque “o centro de formação é a pessoa e não o curso”. E “a formação de competências é feita ao longo da vida”. Ou seja, “três anos em contabilidade farão um técnico que sabe fazer registos contabilísticos, mas não o prepararão para uma vida nas organizações”.

Contrário à actual política de admissão defendida pela CTOC, que “impõe medidas restritivas, como uma licenciatura e disciplinas complementares na mesma escola onde se fez a licenciatura”.

Mas “com Bolonha deixará de ser assim”. Até porque se inibirá a mobilidade de alunos na Europa comunitária. Para João Duque, que foi um dos oradores convidados do

painel “O Ensino da Contabilidade”, importa, além de se repensar a admissão dos TOC, saber “como se mede a formação e a quantidade de formação”.

Giuseppe Galassi, membro da Academia Italiana de Economia Financeira e director do Gino Zappa Business Research Institute da Universidade de Parma, reconheceu que a implementação da Declaração de Bolonha no seu país “não foi fácil”. E deu particular ênfase à mobilidade de estudantes. Giuseppe Galassi não tem dúvidas de que Bolonha terá “um impacto muito forte ao nível do emprego na União Europeia”, na medida em que permitirá “desenvolver mais e melhor a empregabilidade” a partir do momento em que passará a haver um sistema de habilitações literárias facilmente comparáveis”.

REPENSAR A MISSÃO
“Temos que repensar o que é a nossa missão e o que é que devemos pedir aos próximos que se queiram juntar a nós”, frisou o TOC João Duque.



CTOC vai exigir o Mestrado (3+2 ou 4+1) para acesso à profissão.

|| Projecto comunitário “Equal”

Logística do ISCTE trabalha no combate aos incêndios

DESENVOLVER estratégias de prevenção e combate de fogos florestais e, em simultâneo, criar emprego com base em estratégias logísticas. O objectivo está na base de uma parceria entre a Agência Lusitana e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), que, em conjunto com parceiros espanhóis, pretendem reformular a abordagem à problemática dos incêndios em Portugal. A sinergia de competências está na base do “Equal”, projecto comunitário que sustenta os desígnios a concretizar.

“A ideia é utilizar o conhecimento logístico na prevenção e no combate aos fogos florestais”, introduz José Crespo de Carvalho, coordenador-geral do projecto e director do INDEG/ISCTE, instituição que tem dois centros como principais executores em vertentes complementares da iniciativa.

“Pretende-se assim sistematizar o conhecimento necessário às práticas de prevenção, apoio e combate de incêndios florestais”, começa por enumerar. “Visa-se produzir um conjunto de objec-

tos e ferramentas conducentes à maior autonomia das pessoas em situação de elevada vulnerabilidade; actualizar e criar os perfis profissionais necessários ao processo de protecção florestal”, acrescenta, antes de concluir a listagem. “Pretende-se promover a plataforma necessária ao processo de integração, formação, reinserção e criação de emprego, alicerçada numa rede de competências e conhecimento de elevada complementaridade”, especifica.

Ao sustentar-se nos pressupostos enunciados, destaca o contributo principal da iniciativa para a questão dos incêndios. “Além das novas técnicas e raciocínios, tira-se sobretudo partido do principal recurso não utilizado – as populações afectadas pelos fogos.” E aponta o que há a corrigir: “Falha a coordenação, a linha de comando, a liderança, o saber quem faz o quê durante os incêndios”, identifica.

Com o “Equal” como pano de fundo, foi já criada uma Comissão Consultiva responsável por acompanhar os momentos-chave dos trabalhos. **GO**

|| AEU e Comissão Europeia com visões divergentes

Universidades contra o modelo proposto para o funcionamento do futuro “MIT europeu”

AS INSTITUIÇÕES de ensino superior da Europa não estão em sintonia com os desejos políticos da Comissão Europeia de erguer um “MIT europeu”.

Em reacção oficial, a Associação Europeia de Universidades (AEU) considera que o Instituto Europeu de Tecnologia (IET), tal como a Comissão Europeia o defende, “ameaça fragmentar as academias europeias”; por sua vez, a Comissão sustenta que o IET irá estimular o aparecimento de reformas nas academias.

O choque de ideias surge depois da consulta pública que o órgão presidido por Durão Barroso fez junto de 700 entidades, no sentido de apurar as linhas de orientação da nova estrutura.

Há dois pontos centrais que surgem na base da discussão. Num primeiro momento, e no que concerne à lógica de funcionamento da futura instituição, a AEU discorda dos pilares directivos enunciados. Segundo a Comissão

Europeia, está prevista a criação de um conselho directivo, apoiado por serviços administrativos de pequena dimensão, ao qual se vão juntar as designadas “comunidades

de conhecimento – estruturas espalhadas pela Europa, implicadas no desenvolvimento de actividades em áreas transdisciplinares estratégicas. Ainda de acordo com a Comissão, vai-se proceder à integração de equipas oriundas de universidades, centros de investigação e empresas, o que “constituirá um trunfo relativamente a universidades ou redes organizadas segundo os modelos tradicionais”.

É precisamente no capítulo das “comunidades de conhecimento” e no modelo de integração de equipas que a AEU fala em “fragmentação”. A instituição representativa das academias europeias não compreende o porquê de se falar “em equipas oriundas das universidades” e a funcionar independentemente das mesmas, em vez de se contemplar as uni-

versidades como um todo na composição das equipas. “Isto vai contribuir para uma fragmentação do capital humano e intelectual das instituições europeias”, reforça a AEU.

Já a Comissão Europeia prefere defender que “o novo modelo do IET irá actuar como catalisador de reformas ao induzir a mudanças nas instituições”. “Estes aspectos permitirão atrair capitais privados. Assim, o IET proporcionará ao sector privado um novo modelo de parcerias integradas com a educação e a investigação, que abrirão novas oportunidades para a comercialização da investigação e um intercâmbio mais intenso”, sustenta.

O segundo ponto divergente aponta para as distribuições financeiras. Tal como insistentemente tem reafirmado, a AEU não quer que sejam desviados para o IET parte dos 1,5 mil milhões de euros previamente destinados ao Conselho Europeu de Investigação, do qual faz parte a portuguesa Teresa Lago. O órgão já está funcionamento, mas opera em indefinição orçamental. **GO**

|| Julho

UP repete Universidade Júnior para os mais novos

A Universidade do Porto realiza este Verão a segunda edição da “Universidade Júnior”, um programa que durante o próximo mês de Julho vai receber nas suas faculdades alunos de palmo e meio.

Este projecto pretende sensibilizar os jovens entre o 5º e o 11º anos de escolaridade para as diferentes áreas – Ciências, Artes e Letras –, dando-lhes a possibilidade de as experimentarem através de programas estruturados e adaptados à sua idade.

José Ferreira Gomes, vice-reitor da UP, faz um balanço muito positivo da primeira edição. “A edição anterior foi um sucesso, não só no seio da própria Universidade mas também por ter sido um projecto inédito no nosso país.”

A primeira edição da Universidade Júnior contou com cerca de 4.000 jovens inscritos. Este ano serão abertas mais vagas e novos projectos, entre os quais a Escola de Ciências da Vida e da Saúde tendo como objectivo o envolvimento dos alunos em actividades científicas e tecnológicas sob a forma de estágios científicos.

As inscrições podem ser feitas através do site www.up.pt/universidadejunior.